



A COMUNHÃO E O PÊNDULO

Sobre o dissenso e a comunhão em ambientes plurais

INAPAZ¹

*Busquemos tudo o que contribui para a paz
e a edificação de uns pelos outros. (Rm 14,19)*

1. Em julho deste ano, deparamo-nos com uma declaração de excomunhão em decorrência de ato cismático². Este fato é o gerador da atual Análise de Conjuntura Eclesial, que não o considera isoladamente, porém como parte aguda de um contexto mais amplo e decisivo para o atual momento da vida e da missão da Igreja. Com isso, quer destacar que a retomada do assunto agora não significa anacronismo, mas alargamento do horizonte de compreensão. Nestes dois meses que separam o fato gerador do cisma, esta Análise de Conjuntura Eclesial, o tema deixou de ser manchete. O que se encontra são, por exemplo, notas explicativas de bispos diocesanos esclarecendo os fiéis a respeito do status cismático dos ministros envolvidos e da excomunhão e dos riscos canônicos e espirituais decorrentes da participação em atividades da instituição cismática. É igualmente possível encontrar artigos refletindo sobre o assunto e algumas referências a casos pontuais envolvendo clérigos e comunidades locais no Brasil. Fora isso, é possível encontrar publicações da própria instituição cismática e de seus apoiadores.
2. Tal contexto pode deixar a impressão de se esteja aqui abordando assunto antigo, desconectado, portanto, da conjuntura eclesial atual. Pode-se ainda considerar que existem outras situações que mereceriam maior atenção, como, por exemplo, o contexto brasileiro mais recente e a responsabilidade eclesial sempre tão presente com sua preocupação e atuação em favor da justiça social e da democracia. Por certo, não se nega a forte apreensão quantos aos rumos de nosso país, o que já gerou da parte da CNBB manifestação explícita³. Afirma-se, porém, que, sendo tal fato uma forma aguda de situação que já vem se fazendo presente há algum tempo, estamos efetivamente diante de uma realidade que não pode ser considerada como ultrapassada. Pelo contrário, os

¹ A equipe do INAPAZ é atualmente composta por D. Joel Portella Amado, D. Wellington Queiróz, D. Jânison de Sá Santos, Pe. Abimar Oliveira de Moraes, Pe. André Márcio Nogueira de Souza, Pe. Danilo Pinto dos Santos, Pe. Douglas Alves Fontes, Pe. Marcelo Batalioto, Pe. Marcial Maçaneiro, Sra. Maria Inês Castro Millen, Srta. Mariana Venâncio, Irmã Sueli Cruz, Pe. Thiago Camargo e Pe. Waldecir Gonzaga.

² DICASTÉRIO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Protocolo 99/2026, de 2 de julho de 2026

³ Mensagem da Presidência da CNBB pela verdade, pela justiça e pela preservação das instituições democráticas, 10 de setembro de 2026





elementos subjacentes ao fato cismático permanecem atuantes na vida da Igreja, configurando, desse modo, um desafio ainda presente na conjuntura eclesial.

Do que estamos falando?

3. Para se compreender que as consagrações episcopais sem mandato pontifício e expressamente contrárias à vontade do Papa não foram atos isolados nem exclusivos da instituição que as realizou, importa trazer à reflexão a cadeia de atos e atitudes subjacentes. O aspecto litúrgico é, sem dúvida, o maior destaque, não, porém, o único. Estamos diante de uma crítica ao Vaticano II como expressão da crítica à modernidade. Trata-se, portanto, de uma cadeia de críticas, que, partindo da questão litúrgica, chega à compreensão da identidade e da missão da Igreja, uma abrangência que se faz presente não apenas no fato gerador do cisma mas em diversas manifestações, algumas das quais não tão imediatamente perceptíveis. Trata-se, portanto, de um contexto no qual, mesmo sem a afirmação explícita de discordância, ocorrem manifestações em desacordo com o Concílio Vaticano II. Quando tais manifestações são percebidas, tem sido usual ouvir a expressão *cisma não declarado*, *cisma light* ou *cisma branco*. Estas expressões, importa recordar, não são categorias do Direito Canônico, mas expressões informais e analógicas, usadas para descrever situações em que há um afastamento significativo da comunhão eclesial sem que se configure, necessariamente, um cisma no sentido canônico estrito.
4. O fato é que o questionamento ao Concílio e à sua relação com o mundo e com a modernidade tem subjacente a si uma compreensão da Igreja, sua identidade e sua missão. Junto a essa questão especificamente eclesiológica, pode-se ainda acrescentar as compreensões de ser humano, de sociedade e de Deus. Quando, portanto, se chega a este nível de questão, é porque não estamos mais em aspectos pontuais, centrados, por exemplo, na liturgia, mas em um impasse e até mesmo um embate de cosmovisões, de compreensões basilares. Por isso a preocupação em explicitar, ainda que por meio apenas desta pequena Análise de Conjuntura Eclesial, questões que permanecem vivas e atuantes, porém não tão percebidas. Para tanto, a grande questão implica recordar em que consiste a especificidade do Concílio Vaticano II e porque ela é tão importante para o que aqui se está refletindo.
5. De fato, a especificidade do Vaticano II, em termos de visão de mundo, está menos em ter proposto uma nova doutrina isolada e mais em ter promovido uma mudança de perspectiva na maneira como a Igreja se compreende, compreende o mundo moderno e se relaciona com ele. Isso ajuda a entender por que o Concílio continua sendo objeto de disputa, pois a questão não é apenas o que ele ensinou, mas qual atitude diante do mundo ele tornou possível e desejável. O Vaticano II não abandonou a





consciência de que a Igreja possui uma mensagem própria e uma verdade recebida. Contudo, em vez de conceber sua relação com o mundo predominantemente em termos de oposição e defesa, procurou estabelecer um diálogo crítico com ele. O Concílio não afirma que a Igreja deve aceitar a modernidade enquanto compreensão de ser humano, sociedade, Igreja, Deus e tudo mais que daí decorre. Afirma que a Igreja deve discernir o mundo, reconhecendo nele o que é verdadeiro e bom, denunciando aquilo que contradiz o Evangelho e oferecendo a luz do Evangelho. O mundo deixa de ser visto como adversário, como era concebido no período pré-conciliar. A atitude conciliar, portanto, não é nem condenação nem aceitação indiscriminadas, mas convite ao contínuo discernimento acerca das grandes questões que marcam a vida de pessoas e povos. Assim indica, por exemplo, a *Gaudium et spes* 4, ao afirmar que “é dever da Igreja investigar a todo momento os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho”. O Vaticano II rejeita, portanto, uma espécie de diagnóstico prévio do mundo, seja com resultados totalmente negativos sem com resultados totalmente positivos. Importa estar presente no mundo, dialogando com o mundo.

6. Essa, sem dúvida, é a transformação de perspectiva mais importante trazida pelo Concílio. De fato, a modernidade havia produzido fenômenos que a Igreja tinha motivos para criticar, tais como o materialismo, os totalitarismos, o individualismo e o relativismo. Mas ela possui também elementos que o Vaticano II reconheceu como positivos: dignidade humana, liberdade, consciência, direitos humanos, desenvolvimento científico, participação social, busca da paz e solidariedade entre os povos. O Concílio valoriza a autonomia das ciências, a racionalidade humana, a liberdade de consciência, as perguntas filosóficas e a experiência histórica. Ao propor o discernimento, assumiu uma atitude bastante positiva em relação à razão humana. O homem e a mulher deixam de ser tratados como alguém que precisa abandonar suas perguntas para aceitar a fé. A dignidade da pessoa humana torna-se uma categoria central, tornando-se a grande chave antropológica do Concílio.
7. Em termos eclesiológicos, isto é, no que diz respeito à compreensão da identidade e da missão da Igreja, o Vaticano II reposiciona a relação com o mundo, que deixa de ser visto simplesmente de fora. É uma Igreja que afirma que as questões humanas são também questões que dizem respeito a ela. Outras questões, como sabemos, dizem respeito à compreensão da estrutura hierárquica. A Igreja passa a se compreender mais explicitamente como *Povo de Deus*, o que não elimina a hierarquia. Muda, todavia, o modo de compreender a relação entre o clero e o laicato. Muda também a relação com as outras religiões, fazendo com que a Igreja passe a considerar possível uma relação não apenas em termos de defesa e refutação, mas também em diálogo e reconhecimento. Além disso, o Vaticano II possui uma consciência histórica bastante forte e, por isso, a Igreja não é compreendida como uma realidade congelada no tempo. Para bem cumprir sua missão, a Igreja se vê diante do desenvolvimento doutrinal, do desenvolvimento litúrgico, desenvolvimento institucional, da leitura





dos sinais dos tempos e consequentemente da necessidade de responder a novas circunstâncias históricas. Isso não significa relativismo ou renúncia à identidade e à missão da Igreja. Implica reconhecer que a mesma fé pode precisar encontrar novas formas de expressão em diferentes contextos históricos. Este é o **paradigma conciliar**. É ele que se encontra questionado tanto em situações agudas, como as questões litúrgicas, quanto em posturas existentes, porém não cismáticas, que ocorrem aqui e acolá, incomodando a comunhão eclesial. É disso, portanto, que estamos falando: uma crise desse paradigma conciliar.

8. O quadro abaixo ajuda a compreender os contrapontos:

Paradigma conciliar	Busca tradicionalista
Diálogo Igreja-mundo	Distinção entre Igreja e mundo
Unidade na diversidade	Unidade doutrinal e uniformidade celebrativa
Discernimento da modernidade	Crítica à modernidade
Reconhecimento e aceitação da verdade	Submissão à autoridade como fonte da verdade
Desenvolvimento histórico	Tradição recebida no conteúdo e na forma
Adequação pastoral	Estabilidade ritual e pastoral
Colegialidade e participação	Autoridade
Participação litúrgica	Sacralidade e distanciamento

Mas, por que agora?

9. Sabemos que a Igreja, ao longo de sua história, sempre conviveu com discordâncias. Existe uma tradição bastante extensa de crítica interna ao catolicismo, feita por teólogos, padres, religiosos, bispos e leigos que continuam se identificando como católicos. Em geral, são críticas à hierarquia e ao clericalismo, ao papado e à centralização romana, a questões morais e ministeriais, à interpretação bíblica, além da crítica histórica, com destaque para a inquisição, o colonialismo, a escravidão e a relação com regimes políticos. Sabemos igualmente que as discordâncias já se faziam presentes na Igreja primitiva. O Novo Testamento está longe de apresentar a Igreja primitiva como uma comunidade sem conflitos. Ao contrário, os Atos dos Apóstolos e as cartas mostram uma Igreja que nasce tendo de aprender a administrar divergências bastante profundas ⁴. Em uma leitura de

⁴ Entre outras, podemos encontrar as seguintes situações: a questão da circuncisão e da Lei (At 15), o conflito entre Paulo e Barnabé (At 15,36–41), entre Paulo e Pedro em Antioquia (Gl 2,11–14), as divisões em Corinto (1 Cr 1–4), os





conjunto, abstraindo-nos dos detalhes de cada uma das situações conflituosas, vemos que a comunidade primitiva traduzia a sua fé em duas atitudes. Por um lado, tolerância diante de diferenças secundárias e, por outro, firmeza diante daquilo que é considerado essencial à fé. A Igreja primitiva não identifica unidade com ausência de conflito. A unidade é construída através da administração dos conflitos, mantida sempre a comunhão. A questão, portanto, não consiste em eliminar as diferenças, mas em descobrir como permanecer na comunhão eclesial quando existem diferenças profundas. Não se trata de indagar se um católico pode discordar, resistir ou criticar uma autoridade. O problema surge quando a relação deixa de ser discordância, algumas vezes vivida até mesmo com ânimos exaltados, e passa a significar uma ruptura com a comunhão constitutiva da própria Igreja.

É possível discordar?

10. Trata-se, portanto, de reconhecer que, ao se insistir tanto na comunhão, não está defendendo que a Igreja deva ser uma realidade monolítica. Ao contrário, a consciência evangelizadora, na medida em que reconhece a diversidade cultural, sabe que, na relação entre a fé e as culturas, emergem formas diversificadas de viver a única mensagem cristã. O cristianismo é uma realidade plural, porém em contínua busca da unidade. À semelhança do Deus da Revelação, em que unidade e diversidade se conjugam de modo pleno, toda experiência cristã deve levar a essa compreensão da vida. Deve reconhecer e valorizar a pluralidade, porém uma pluralidade aberta ao relacionamento e à unidade.
11. Nesse sentido, uma vez que se tomou uma situação de cisma como ponto de partida para esta Análise de Conjuntura Eclesial, importa tecnicamente distinguir *cisma* de *dissenso*. Esta diferença é fundamental porque nem todo dissenso é cisma. O dissenso é mais amplo, significando, em termos gerais, discordância, desacordo ou divergência de opinião. Pode, assim, existir dentro de uma comunidade perfeitamente unida. No contexto católico, o dissenso pode ocorrer a respeito de uma questão pastoral, uma decisão disciplinar, uma interpretação teológica ou uma aplicação concreta de um princípio. Já o cisma, no sentido canônico, é algo muito mais preciso. Refere-se à “recusa da submissão ao Sumo Pontífice ou da comunhão com os membros da Igreja a ele sujeitos” (Cânon 751). Portanto, o elemento decisivo não é simplesmente discordar de uma posição do Papa, mas romper a relação de sujeição ao Romano Pontífice ou a comunhão eclesial. A Igreja comporta debate, crítica, resistência e diversidade de posições. O problema aparece quando a divergência

conflitos sobre os dons espirituais (1 Cr 12–14), o conflito entre fortes e fracos (Rm 14) e as tensões entre ricos e pobres na Eucaristia (1 Cr 11).





deixa de ser uma disputa dentro da comunhão e passa a atingir a própria comunhão eclesial e a autoridade que a estrutura.

12. É perfeitamente possível encontrar, na história da Igreja, situações em que alguém resiste, contesta ou corrige uma autoridade eclesiástica sem se tornar cismático. O exemplo clássico no Novo Testamento é Paulo diante de Pedro em Antioquia (Gl 2,11-14). Vemos ali uma discordância pública e bastante forte, não havendo, porém, no relato, uma ruptura com Pedro ou com a Igreja. A questão passa a ser o que exatamente está sendo recusado e qual é a atitude da pessoa diante da autoridade e da comunhão eclesial. Com isso, não se nega que o dissenso possa assumir formas progressivamente mais graves, chegando à ruptura da comunhão. Dissenso é discordar dentro da comunhão; cisma é romper a comunhão ou recusar a autoridade cuja aceitação é constitutiva dessa comunhão ⁵.

A questão litúrgica como expressão de uma realidade mais ampla

13. Desse modo, importa perceber o motivo pelo qual a rejeição do Vaticano II, expressa ou tácita, vem ocorrendo com maior destaque nos últimos anos. Dentre essas discordâncias, podemos voltar à questão litúrgica com o desejo de que a celebração da missa siga o Missal Romano de 1962, promulgado por São João XXIII, antes, portanto, do Vaticano II. com o uso predominante do latim, o sacerdote permanece de costas para a assembleia, grande parte de suas orações são rezadas em voz baixa, com forte presença de silêncio ritual, entre outras características. Como, entretanto, a questão não se restringe ao aspecto litúrgico, porém a uma compreensão do sentido da existência, com determinada visão de mundo, ser humano, Igreja e assim por diante, importa indagar se a busca por uma liturgia pré-conciliar não estaria indicando também significativa dose de inadequação ao mundo atual, marcado pela modernidade em crise, pós-modernidade, mudança de época ou que outro nome possa ser dado ao período atual.
14. Nesse sentido, não parece de todo errado compreender que a liturgia dita tradicional funciona como um contraponto simbólico à cultura contemporânea. Ela é a verbalização de uma inadequação ao jeito como o mundo atual se encontra. Embora seja uma crítica interna à Igreja, permanecendo, portanto, no âmbito do religioso e chegando ao extremo do cisma e da constatação de excomunhão, é resultado de um contexto maior, de mundo em transformação e ebulição. O rito dito tradicional é, desse modo, compreendido como uma espécie de alternativa à cultura cotidiana, ao passo que o

⁵ No que diz respeito à situação mencionada no início desta Análise, a resistência ao Vaticano II, por si só, não é o que constitui o problema canônico do cisma. O ponto decisivo foi a relação com a autoridade pontifícia, especialmente no contexto das consagrações episcopais realizadas sem mandato pontifício em 1988 e 2026.





paradigma conciliar é visto como concessão a esse mundo que aí está, compreendido como caótico e instável⁶. Na medida, portanto, que a expectativa em relação à dimensão religiosa é que traga paz, segurança, tranquilidade, sentido e significado, esta acaba sendo reconfigurada para cumprir essa missão. Perdem fôlego sociocultural, por exemplo, pastorais centradas das questões socioambientais. A pastoral de conservação também experimenta ressignificação. O devocionismo assume o lugar de comando. Como não existe impermeabilidade entre o que é próprio da Igreja e o que é do mundo, as realidades se intercambiam.

15. Desse modo:

- Diante de um mundo visto como caótico, busca-se a ordem.
- Diante de um mundo visto como ruidoso, busca-se o silêncio.
- Diante das ameaças desestabilizadoras da história, busca-se o transcendente
- Diante de um mundo marcado por forte pluralidade, busca-se a uniformidade.
- Diante da história aberta ao futuro, busca-se o retorno ao passado.
- Diante de uma vivência da fé fortemente marcada pela encarnação com tudo aquilo que a ambiguidade histórica significa, busca-se a segurança da sacralidade.

Assim se pode compreender a busca por uma liturgia marcada pelo silêncio, pela estabilidade ritual, pelos gestos codificados, por uma linguagem e um idioma sagrados (latim) e pela distinção entre espaço litúrgico e espaço ordinário. Como, porém, o aspecto litúrgico não está separado das compreensões de sociedade, mundo, religião, Igreja e ser humano., o desafio evangelizador sai da esfera do litúrgico, ampliando-se para a já mencionada concepção de Igreja.

- Diante de uma liturgia em que toda a comunidade participa, ainda que em modos distintos de participação, busca-se a centralidade do sacerdote na ação sacramental.
- Diante de uma eclesiologia compreendida como fortemente horizontal, busca-se uma perspectiva mais vertical.

Esta é a sensibilidade contemporânea que se concretiza em diversos níveis de radicalização, chegando até mesmo a posturas cismáticas, além de implicações em outros âmbitos da vida.

⁶ Sobre este aspecto do mundo atual: BAUMAN, Zygmunt. *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press, 2000 ; BECK, Ulrich. *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage Publications, 1992; ROSA, Hartmut. *Social acceleration: a new theory of modernity*. New York: Columbia University Press, 2013. Por certo, estamos diante de maneiras diferentes de compreender o mundo atual. Nem todas essas obras tratam diretamente do mundo aqui mencionado como caótico. Elas oferecem categorias diferentes para compreender a experiência contemporânea de instabilidade, como a conhecida *liquidez* de Bauman.





16. Certamente essa tabela não deve ser entendida como oposição absoluta, pois o Vaticano II também fala de tradição, transcendência, autoridade, unidade e doutrina. Por outro lado, quem o nega também fala de missão, evangelização e diálogo. O que muda é a ênfase e, sobretudo, a interpretação da relação entre esses elementos. A tendência litúrgica retrotópica ⁷, centrada na continuidade, na transcendência, na estabilidade doutrinal e em uma atitude crítica diante de aspectos da modernidade, encontra-se, portanto, em estreita ligação com as características do mundo que aí está. Embora tenham ocorrido manifestações contrárias ao Vaticano II já nas décadas imediatamente posteriores ao término do Concílio, é possível levantar a hipótese de que a crescente aceleração das transformações sociais e culturais nas últimas décadas tenha favorecido o recrudescimento de reações de caráter tradicionalista, expressas na opção por uma forma litúrgica vinculada à tradição anterior ao Concílio. São reações a um mundo que se mostra caótico, instável, experimentado o “desaparecimento de seus rituais” ⁸. A procura por uma forma ritual estável, codificada e recebida de uma tradição pode funcionar como resposta à experiência contemporânea de fluidez, contingência e fragmentação.

Conectados, mas nem sempre unidos

17. Nesse contexto, importa ressaltar o papel das redes sociais. Estas, como sabemos, podem amplificar atitudes de polarização, indignação, extremismo e desinformação, pois os algoritmos são projetados para maximizar atenção e engajamento. Os mecanismos de recomendação e de distribuição de conteúdo podem favorecer aquilo que provoca emoções fortes, criando ciclos de retroalimentação entre usuários, plataformas, grupos políticos e produtores de conteúdo. Formam ambientes informacionais cada vez mais segmentados, contribuindo assim para a aceleração dos processos de autorreferencialidade e desvalorização inicialmente tácita da comunhão ⁹. Em algumas situações, as redes sociais possuem uma atuação importante na passagem de uma divergência para uma dinâmica de conflito. Este não precisa ser criado do zero pela plataforma. Uma divisão preexistente pode ser reorganizada por mecanismos que recompensam conteúdos cada vez mais polarizadores, fazendo

⁷ Cf. INAPAZ, Do descompasso à missão, às comunidades e à iniciação. Análise de Conjuntura Eclesial apresentada ao Conselho Permanente em março de 2024

⁸ Nesse ponto, ajuda considerar o pensamento de Byung-Chul Han nas seguintes obras: *O desaparecimento dos rituais: uma topologia do presente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021; *O aroma do tempo: um ensaio filosófico sobre a arte da demora*. Lisboa: Relógio D'Água, 2016; *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, com destaque para a primeira das obras aqui indicadas.

⁹ Cf. FISHER, Max. *A máquina do caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo*. Tradução: Érico Assis. São Paulo: Todavia, 2023.





com que o dissenso se torne mais intenso, identitário e eventualmente incompatível com a manutenção da unidade do grupo.

Rumos evangelizadores em tempos de retrotopia

18. O discernimento dos caminhos evangelizadores passa necessariamente pela encarnação no mundo que aí está. Por mais que se possa desejar um mundo diferente, é este que temos diante de nós. É por isso que as posturas retrotópicas preocupam tanto. Não são as únicas em nossos dias. Significam, porém, uma espécie de linha transversal, presente em diversas formas de compreender e viver a fé em nossos dias. Diante de um contexto marcado por um grau alto de instabilidade, permanece o risco de opções na linha do regresso a um mundo ideal, nunca, porém, vivenciado pela geração que aí está. Quando, na dificuldade do discernimento, o critério mais imediato passa a ser a aceitação pública, com maior participação numérica, o risco de perda do profetismo enquanto caráter contracultural torna-se grande. É por isso que o cisma que deu origem a esta reflexão deve sempre ser visto como realidade aguda em um contexto crônico. O problema é que o crônico pode se manifestar em forma aguda como expressão de insatisfação. A busca de outros caminhos pode descambar para a quebra da comunhão.
19. Canonicamente, o cisma é o delito e a excomunhão é uma pena canônica associada a ele, com o destaque de que a referida pena, antes de ser um ato constitutivo, é um ato declaratório. A Igreja não coloca ninguém em situação de excomunhão. Ela declara que uma pessoa ou um grupo colocou-se fora da comunhão. Embora gesto pouco simpático em um mundo marcado por forte consciência de acolhimento e direito de expressão, a declaração de excomunhão aplicada em julho deste ano chama a atenção para o fato de que a pluralidade e a diversidade devem estar diretamente articuladas com a comunhão. Sem a comunhão, pleitos humanamente compreensíveis, correm o risco de não chegar ao desejado resultado.
20. Por mais que uma questão, seja ela qual for, se torne aguda, desafiadora, conflituosa, a resposta só poderá ser encontrada na comunhão. Este é o desafio subjacente ao que em nossos dias a Igreja, denomina como *sinodalidade*. Como já tão insistido em análises anteriores ¹⁰, sinodalidade é a resposta profética que a Igreja tem a ofertar em um contexto para o qual a pluralidade se tornou um desafio de sobrevivência. Para algumas pessoas, o enfrentamento ocorrerá pela indiferença ao mundo que aí está. Para outras, no extremo oposto, acontecerá por posturas retrotópicas. Na verdade,

¹⁰ Cf. INAPAZ, Sinodalidade em caminho. Análise de Conjuntura Eclesial apresentada ao Conselho Permanente em novembro de 2025.





porém, ambas funcionam como dois lados da mesma moeda. Assim, por mais impactante que esta afirmação venha a ser, tanto os sem-religião, os desigrejados, como os retrótopico são frutos do mesmo pomar.

21. Em uma sociedade altamente plural, as pessoas têm o direito de elaborar suas sínteses entre cultura e religião, bem como viver sua fé do modo que melhor lhes falar à existência. Esta pluralidade, todavia, não pode ser levada à quebra da comunhão, do convívio, da fraternidade e da solidariedade. Concretizações, portanto, que busquem o enfrentamento e a sobrevivência no mundo que aí está são chamadas a viverem em comunhão, complementariedade e sinodalidade. Junto com a identificação com causas específicas e modos de expressar as compreensões e verbalizações, todas as concretizações sempre são relacionadas às demais, ainda, reiterando, que sejam muito diversas. Sabemos que uma das posturas tão próprias de nosso tempo é a *polarização*, enquanto afirmação excludente do diferente, de quem pensa, sente e vê a vida de outro modo. Algumas vezes, chega-se a experimentar a sensação de que os dois modos não se conciliam. Isso de fato pode acontecer nas causas, nos projetos e nos métodos. Permanece, no entanto, o evangélico desafio de, em meio às diferenças, não suscitar repulsa e ódio ao diferente. Afinal, a proposta do Reino de Deus é a de que os diferentes se encontrem e sejam capazes de conviver. Importa discernir *como* isso pode acontecer.

Caminhos e conversões

22. Buscando, portanto, algumas indicações pastorais para a questão, não podemos deixar de considerar as duas maiores referências em nossos dias para a ação evangelizadora: as conclusões do sínodo sobre a sinodalidade e as atuais DGAE. Como principal instrumento brasileiro para incrementar as conclusões sinodais, as atuais DGAE indicam *caminhos para a missão*, que devem ser implementados em articulação com as *conversões sinodais*.
23. Não se desprezam aqui as atitudes pastorais básicas, tais como o acolhimento e a possibilidade aos fiéis que condicionam sua vivência da fé ao rito tradicionalista que participem de missas naquele rito, desde que na efetiva comunhão da Igreja. Tampouco se descarta a proximidade do clero e dos demais ministérios eclesiais, criando-se possivelmente instâncias de governo aptas a dialogar e acompanhar esses grupos, tais como secretariados ou vicariatos. Afinal, se a comunhão é um dado irrenunciável, alguém tem que dar o primeiro passo, *primeirizar*, como insistia o Papa Francisco. Isso, porém, só vai acontecer se as instâncias pastorais conseguirem dar testemunho da comunhão, da gratuita disponibilidade para estar junto e de oferecer experiências que ajudem no encontrar paz, síntese e sentido para a existência. Ao mesmo tempo que não foge do mundo tal qual ele é, a ação evangelizadora não pode sucumbir às duas tentações próprias de nosso tempo: religiosidades





individualizantes e retrotopias radicalizantes. Diante da realidade descrita nessa Análise de Conjuntura, nem cega simpatia nem militante antipatia. Importa que a ação evangelizadora, convivendo, com essas duas atitudes, testemunhe a existência de uma terceira via, na qual o individualismo resultante da busca por proteção e sentido não seja a única resposta.

24. Trata-se, portanto, de integrar as indicações pastorais que emergem do bom senso com as indicações das atuais DGAE. Se o mundo se manifesta caótico, que sejam oferecidas comunidades de discípulos missionários, onde é possível se reunir para viver a liturgia e expressar a fé com a ajuda da piedade popular, tendo sempre a Escritura Sagrada como base. Se algumas vezes, as pessoas não conseguem perceber a tão desejada luz no fim do túnel, se a tábua de salvação acaba sendo a fuga da história, será na promoção da vida, possivelmente a partir da dimensão assistencial da caridade que se vai experimentar a transformação da história. Mais do que discursos, a força da prática ajuda a transformar corações e mentes. Como se vê, não há receita, mas indicações que precisam ser colocadas em prática a fim de que, por meio do *acolhimento ativo e missionário*, se recupere ou se descubra o fascínio pela comunhão eclesial.
25. Possivelmente no que diz respeito aos grupos que resistem à comunhão o tempo para as conversões sinodais precisará ser um pouco mais longo, iniciando-se certamente pela conversão das relações, de acordo com o que foi indicado no parágrafo anterior. O convívio é o ponto de partida. A conversão dos processos poderá ajudar na medida em que simpatizantes do contexto retrotópico forem acolhidos também no desafiador item da tomada de decisões, com participação em assembleias e até mesmo em conselhos. Ouvindo, conhecendo e participando, poderão perceber que se trata apenas de formas diferentes de viver e manifestar a mesma fé. A conversão dos vínculos poderá apresentar maiores dificuldades, uma vez que as relações com instâncias exteriores, notadamente as ligadas ao ecumenismo, ao diálogo interreligioso e ao ambiente social são exatamente aquelas que recebem críticas como perda de identidade a partir do paradigma do Vaticano II. Este paradigma, como indicado antes, inverteu a relação da Igreja com o mundo. Da predominância da distância e do isolamento, passou-se à presença e ao convívio. De uma postura metaforicamente de costas, a Igreja se colocou de frente para o mundo. Em tempos como o atual, estar de frente para a realidade exige boa dose de equilíbrio e coragem, características que os contextos de crise não são capazes de facilitar.
26. Em tudo isso, não se poderá esquecer um dos grandes dons do sínodo sobre a sinodalidade, a saber, a *conversa no Espírito*. Na medida em que esse método, além de simples e orante, coloca o peso na comunhão, levando a ouvir e acolher quem pensa diferente, mostra-se como um bom caminho para





a incrementação das conclusões sinodais, com base nas DGAE, em um ambiente onde existe retrotopias.

27. Em um mundo profundamente marcado por divisões e guerras, o Papa Leão XIV tem manifestado a importância e a urgência da comunhão. Um de seus textos mais destacáveis é a Carta Apostólica *Uma fidelidade que gera o futuro*. Em comemoração aos 50 anos dos decretos conciliares *Optatam totius* e *Presbyterorum ordinis*, o papa fala explicitamente do desejo de uma “Igreja unida, sinal de unidade e comunhão”, vinculando essa unidade à missão da Igreja no mundo. Faz uso do termo comunhão 19 vezes e, recorrendo ao Documento Final do sínodo sobre a sinodalidade, termina afirmando que “gostaria que fosse este o nosso primeiro grande desejo: uma Igreja unida, sinal de unidade e comunhão, que se torne fermento para um mundo reconciliado”.

